

# Diário do Legislativo de 24/09/1997

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 119ª Reunião Ordinária de Debates

1.2 - 60ª Reunião Especial da Assembléia

Legislativa, em 16 de Setembro de 1997,

Destinada a Receber os Membros da

Comissão Mista de Planos, Orçamen-

tos Públicos e Fiscalização do Congres-

so Nacional

### 2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM

REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1997

Presidência do Deputado Geraldo Rezende

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Interrupção e reabertura da reunião - ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.

### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Elmo Braz - Maria Olívia - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Geraldo Santanna - Gil Pereira - João Leite - Jorge Hannas - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Navarro Vieira.

### ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Geraldo Rezende) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

### 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- O Deputado Arnaldo Penna, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Interrupção da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, neste momento, interrompe os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 23 do Regimento Interno, destinar a 1ª Parte desta reunião à homenagem ao BDMG pelo seu 35º aniversário de fundação.

- A ata referente a esta parte da reunião será publicada em outra edição.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos ordinários.

#### ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 60ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1997, DESTINADA A RECEBER OS MEMBROS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz, Sebastião Navarro Vieira e Ajalmar Silva

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Governador Eduardo Azeredo - ENCERRAMENTO.

#### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Pérciles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmo Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

#### ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais; Walfrido Mares Guia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais; Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Deputado Federal Aracely de Paula, relator-geral da Proposta Orçamentária de 1998; Deputado João Fassarella, Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, Secretário de Estado do Planejamento e Controle do Rio de Janeiro, representando o Governador Marcelo Alencar; Sandra Carvalho de Berredo, Secretária de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento do Espírito Santo, representando o Governador Vítor Buaiç; Marcos Sant'Anna, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, representante do Prefeito Célio de Castro.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a receber os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que irão realizar reunião regional para discussão do orçamento da União para 1998, referente à Região Sudeste.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sr. Governador, Sr. Vice-Governador, autoridades que compõem esta Mesa, senhoras e senhores convidados, Srs. Deputados, a acolhida que nossas audiências públicas regionais têm recebido em todos os quadrantes do território mineiro é reveladora do interesse da população em participar do planejamento do Estado e da formulação das políticas públicas estaduais. Tal interesse é um fato relativamente novo, que deve ser saudado com otimismo e esperança. Essa vontade de participação é o sintoma evidente de que nosso povo, a cada dia, adquire uma consciência mais profunda sobre os direitos e as obrigações inerentes ao exercício maduro da cidadania.

Diante desse contexto, nada mais oportuno que a iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que vem até a Região Sudeste para aprofundar a discussão do processo orçamentário com a comunidade regional.

Esta Casa, expressando os sentimentos da gente mineira, sente-se honrada em receber, pela segunda vez, um dos mais relevantes órgãos do Parlamento da União e os ilustres convidados de outros Estados. Vai-se assim consolidando uma tradição importante para assegurar ao planejamento estatal mais transparência e mais lastro de realidade.

Minas é a 2ª economia do País e contribui substancialmente para a formação da riqueza nacional. Nossa situação geográfica, a meio caminho entre o Norte e o Sul, nos coloca numa posição estratégica enquanto elemento dinamizador do desenvolvimento brasileiro. Somos uma síntese do Brasil. Em consequência, temos buscado o caminho para superar as disparidades regionais e atingir um modelo de crescimento com justiça social.

Por essas razões, fazemos um apelo à bancada mineira no Congresso, ao Governo Estadual, às classes política e empresarial. Temos que organizar um verdadeiro mutirão cívico para que Minas Gerais participe no orçamento da União com um montante de recursos compatível com nossa estatura no contexto da Federação brasileira, um montante que faça jus ao tamanho de nossa economia e a nossas necessidades.

Aprovada na Câmara, vai para o Senado uma proposição que inclui novas cidades do vale do Jequitinhonha na área da SUDENE. Este órgão foi criado por Juscelino, um mineiro do vale. Nada mais justo que a região, uma das mais pobres do Brasil, talvez do mundo, receba esse incentivo.

Entretanto, para que não tenhamos uma vitória de Pirro, é indispensável que seja aumentada a dotação orçamentária da SUDENE, para que ela possa ser efetivamente um fator de redenção para os nossos irmãos do Nordeste.

Quando nos foi dado o privilégio de presidir pela segunda vez a Assembléia de Minas, inscrevemos, entre nossas prioridades, a interiorização das ações deste Poder. Ele tem que se tornar acessível à totalidade dos cidadãos e se fazer presente nos lugares mesmos onde os problemas são experimentados, sob pena de isolar-se e trair sua missão precípua, que é representar os anseios populares e transformar em lei a vontade geral.

Pela vivência do dia-a-dia, o povo acumula uma sabedoria única, indispensável ao planejador que deseje dar à sua atuação o peso da concretude. Por isso, multiplicar os canais de comunicação com a sociedade e chegar até as comunidades locais mais distantes são condições essenciais para uma prática política que se queira democrática.

Com satisfação, vemos que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional partilha nossas convicções. Ao fazer-se itinerante, deslocando-se para diversos pontos do território brasileiro, ela cria um instrumento institucional valioso, que lhe permite exorcizar os riscos de isolamento do Planalto Central e abrir-se à manifestação das forças vivas do País.

Por esse exercício de democracia que oferecerá, sem dúvida, importantes colaborações para a apreciação do orçamento da União para o próximo ano, queremos felicitar o Presidente, Senador Ney Suassuna, e o Deputado Aracely de Paula, nosso ilustre coestadano e relator-geral da Proposta Orçamentária para 1998.

Que encontros como este se tornem uma rotina no âmbito do Poder Legislativo Federal. Colocando-se cada vez mais perto das comunidades regionais, ele terá sucesso crescente no esforço para sintetizar a riqueza cultural e humana dos vários brasis, numa expressão única e coerente dos legítimos interesses nacionais.

Esta Presidência deseja a todos, então, um bom trabalho neste dia de hoje.

Com a palavra, o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Eduardo Azeredo.

#### Palavras do Sr. Governador Eduardo Azeredo

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Romeu Queiroz; Dr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador; Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Deputado Aracely de Paula, relator-geral da Proposta Orçamentária para 1998; Sr. Deputado João Fassarella, Vice-Presidente da Comissão e coordenador desta reunião; Dr. Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, Secretário de Planejamento do Rio de Janeiro, que aqui representa o Governador Marcelo Alencar; Dra. Sandra Carvalho de Berredo, Secretária de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento do Espírito Santo, que aqui representa o Governador Vítor Buaiz; Srs. Deputados Federais aqui presentes, Eliseu Resende, Sérgio Miranda, Antônio Aureliano, Carlos Mosconi; Srs. Deputados Estaduais; senhoras e senhores, o Governo do Estado, neste momento, quer cumprimentar o parlamento brasileiro pela iniciativa de realizar as audiências regionais na busca de opiniões, procurando descobrir onde estão as dificuldades e os problemas.

Dessa maneira, Senador, Minas Gerais, que já vem também trilhando passos nesse mesmo sentido, através da realização das audiências públicas regionais, promovidas pela Assembléia Legislativa, com o apoio do Governo do Estado e do Poder Judiciário, evidentemente vê uma sintonia nessa preocupação de levantamento dos desejos e das necessidades de cada região.

Evidentemente, todos nós sabemos que o momento brasileiro, o momento de consolidação do Plano Real, o momento em que temos aí uma inflação anual, até este momento, inferior a 4% - três e pouco por cento - mostra que, cada vez mais, a peça orçamentária se transforma em verdade. Já passou o tempo em que os orçamentos eram feitos e nunca eram realizados, em que os números eram apenas peças de ficção. Já passou o tempo em que a receita financeira superava em muito a própria receita orçamentária.

Hoje, não há mais como discutir as finanças públicas a não ser entendendo que um mais um é igual a dois. Isso tem acontecido no Governo Federal, nos Governos dos Estados, em todos eles, e nas Prefeituras Municipais. Este momento, portanto, de transição de uma economia sem rumos, que tínhamos com o regime inflacionário, para uma economia estável nos leva a uma definição mais adequada das prioridades, pois não é possível fazer tudo de uma vez, já que os recursos são extremamente limitados.

Mais uma vez, Senador, quero ainda lembrar que as reformas que ainda estão por ser aprovadas pelo Congresso significam exatamente um alento importante para nós, sendo garantia de viabilidade e governabilidade em todo o País.

A mudança da economia sem rumo que tínhamos no regime inflacionário para a economia estável nos leva a limites partidários. São dificuldades que permeiam qualquer tipo de governo, seja de que partido for. Portanto, o excesso que temos na legislação em relação à precocidade de determinadas aposentadorias, ou a valores absurdos, em alguns outros casos, ou ainda a questões extremamente burocráticas, que prejudicam a administração pública no processo de licitação, faz com que tenhamos alguns projetos que nunca se realizam, tão forte é o emaranhado de questões legais e recursos. Algumas dessas questões estão dentro da reforma previdenciária, outras, dentro da reforma administrativa. Os supersalários, evidentemente, esses excessos precisam ser corrigidos.

Terminando as reformas, poderemos ter o orçamento mais verdadeiro ainda.

Sr. Presidente Deputado Romeu Queiroz, tenho, como V. Exa., os números levantados em relação ao orçamento nacional para Minas Gerais. Vemos neles alguns pontos positivos e outros que precisam de um melhor acompanhamento.

Se tomarmos os dados de 1996, veremos que, entre o que foi autorizado para Minas, na ordem de R\$629.000.000,00, R\$420.000.000,00 foram liquidados. Tivemos, assim, uma realização de 67%. O ideal seria que tivéssemos realizado 100%, mas, quando vemos que a média do Brasil foi de 54%, concluímos que Minas não foi tão mal assim. Acima de Minas, vêm alguns poucos Estados, como o Acre, que teve 73% de realização, e Mato Grosso, que teve 68%. Os grandes Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram uma realização de 48% e 53% respectivamente, inferior à de Minas Gerais.

Com relação a 1997, estamos em setembro e com os números extremamente curtos até esse momento, apesar do orçamento deste ano ter sido aprovado mais cedo que o do ano passado.

Assim, daqueles R\$625.000.000,00 autorizados para Minas Gerais, apenas R\$92.000.000,00 já foram liquidados, significando 15% apenas. Mas aí também vem o consolo: em nível

nacional, apenas 9%, em média, é que foram liberados.

Para 1998, temos uma perspectiva menor, de R\$528.000.000,00, mas também, outra vez, significando menos 16%, e, em nível nacional, significando uma média de menos 20%.

Esses dados nos mostram exatamente que existe uma grande diferença, especialmente na questão dos orçamentos estatais. Apesar da justificativa de que temos, no Rio de Janeiro, recursos da ordem de R\$1.300.000.000,00, para a PETROBRÁS, da ordem de R\$700.000.000,00, para a NUCLEN, e da ordem de R\$114.000.000,00, para Docas, que são atividades que não temos em nosso Estado. Vemos ainda que existe um orçamento bem superior, em termos de telefonia, de telecomunicações, em relação ao orçamento para Minas Gerais. Esse é um assunto que me parece merecer atenção especial, apesar de Minas Gerais, felizmente, ter também um sistema de telefonia que está bem e que talvez exija menos melhorias do que o do Rio de Janeiro. Está aqui o nosso Secretário, que sabe bem que a situação é essa.

Esse é um ponto que nos chama a atenção, e, do ponto de vista do orçamento das estatais, a posição de Minas Gerais é bem mais modesta.

No caso específico do orçamento fiscal de seguridade, do orçamento de investimentos, tivemos, nos dois últimos anos, de 1995 para 1996 e de 1996 para 1997, um entendimento muito positivo com a Bancada Federal. Ela teve um grande comprometimento com os interesses do Estado, e, com isso, conseguimos a aprovação dos interesses principais do Estado, que são, basicamente, conclusões de obras.

Não existe quase nada novo em relação às pretensões de Minas Gerais. Quase tudo se refere a conclusão de obras que foram iniciadas, como é o caso da Fernão Dias, que está na sua fase final, tendo sido iniciada a duplicação de seu último trecho há 15 dias, com a perspectiva de conclusão das obras, se Deus quiser, até dezembro do próximo ano.

As obras do metrô, no trecho até Venda Nova, foram iniciadas agora. Nessa questão do metrô, é importante a apresentação de alguma emenda de Bancada. Essa é uma demanda do trecho que estava previsto desde o início do projeto, em 1982. Há 15 anos iniciou-se esse projeto do metrô em Belo Horizonte, que é o trecho Barreiro-Calafate.

Há também outros projetos de estradas que estão em fase de conclusão. Há alguns pontos a serem concluídos na área hospitalar, de saneamento, e algumas ações em áreas de risco, especialmente na Região Metropolitana, que é bastante atingida por tragédias na época das chuvas. Serão necessárias algumas obras e ações do ponto de vista legal para impedir esse risco.

Portanto, o que vemos, Senadores e Deputados, é uma perspectiva positiva de desenvolvimento, a exemplo do que aconteceu em anos anteriores, em que os interesses maiores do Estado estejam sendo atendidos.

Com essa iniciativa do Congresso brasileiro, poderemos demonstrar que Minas Gerais tem uma noção clara das dificuldades, mas, ao mesmo tempo, não pode abrir mão de investimentos fundamentais, por se tratar do segundo Estado brasileiro em população, com seus 16.500.000 habitantes. Também, na questão econômica, disputa com o Rio de Janeiro e está alguns décimos à frente deste. O Rio de Janeiro não concorda muito com essa colocação.

O fato é que alguns dados não podem passar despercebidos. Minas Gerais, por sua posição geográfica, tem aqui cerca de 25% ou 28% das estradas federais, porque Minas é passagem para o Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Portanto, não é válido o argumento de que Minas já tem muitos benefícios em estradas. Tem porque é um Estado central e as nossas estradas não atendem somente o Estado; atendem o Brasil como um todo, são estradas de interesse nacional. Portanto, é razoável e correto que Minas tenha, no setor rodoviário e no setor de infra-estrutura, um percentual superior ao percentual do restante da população brasileira.

Por outro lado, Minas é um Estado emergente, é um Estado que está crescendo e precisa de investimentos nacionais, lembrando, evidentemente, que São Paulo é um Estado mais avançado, que já tem a maior parte dos recursos do País, do ponto de vista da sua estrutura de tributos, e já tem a sua estrutura de estradas praticamente pronta. Aqui, não. Ainda estamos buscando a ligação asfáltica de vários municípios. Ontem, entregamos o asfalto a Itacarambi, uma cidade do Norte de Minas, com isso passamos a ter apenas nove cidades com mais de 10 mil habitantes que não têm asfalto. Abaixo de 10 mil habitantes, o número ainda é significativo. Muitas dessas cidades dependem da ligação de rodovias federais.

Nessas minhas palavras iniciais de abertura deste encontro, quero deixar registrado o meu sentimento de confiança no entendimento e no fato de que possamos chegar a um orçamento que atenda melhor a Minas Gerais, em respeito à participação que o nosso Estado tem nas relações gerais com o resto do Brasil. Meus parabéns ao Congresso Nacional e à Assembléia Legislativa, por estarem envolvidos nesse objetivo maior do interesse público. Muito obrigado.

#### ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente (Deputado Ajalmar Silva) - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das comissões de administração pública e de fiscalização financeira e orçamentária

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Geraldo Rezende (substituindo este ao Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PMDB), Jairo Ataíde e Elbe Brandão, membros da Comissão de Administração Pública; Ajalmar Silva, Elbe Brandão (substituindo, respectivamente, aos Deputados Miguel Martini e Romeu Queiroz, por indicação da Liderança do PSDB), Geraldo Rezende, Alencar da Silveira Júnior e Jairo Ataíde, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara aberta a reunião, informa que não há ata a ser lida, por se tratar da 1ª reunião conjunta destas Comissões, e que a reunião se destina à apreciação dos Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 17/96, cujos relatores são os Deputados Arnaldo Penna e Geraldo Rezende, respectivamente, pelas Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na ausência do relator designado, a Deputada Elbe Brandão, pela Comissão de Administração Pública, faz a leitura do parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Deputado Geraldo Rezende faz a leitura do seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos membros destas Comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Antônio Roberto - Roberto Amaral - Ajalmar Silva - Arnaldo Penna.

#### ATA DA 49ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS e GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às nove horas e trinta minutos do dia três de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Miguel Martini, Durval Ângelo e João Batista de Oliveira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado João Batista de Oliveira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Após, o Presidente informa aos Deputados que está em operação, neste Plenarinho, o posto de habilitação de presença nas Comissões e que é necessário que os parlamentares registrem também ali sua presença. Em seguida, o Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: do Deputado Federal Nilmário Miranda, encaminhando a esta Comissão dossiê sobre o caso do Sr. Vicente Batista de Souza, instrutor do SENAI, demitido devido a discriminação racial por parte da diretoria desse órgão; do Sr. José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - FTIEMG -, solicitando o apoio e a solidariedade desta Comissão com referência a ato atentatório a honra praticado contra o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Madeira e Lenha de Grão-Mogol - STIEGM - pelo engenheiro da empresa Florestas Rio Doce, Sr. João Carlos Guimarães Pires; do Sr. Julio Rafael, Vereador à Câmara Municipal de João Pessoa, solicitando que esta Comissão envie correspondência a diversas autoridades daquele Estado, exigindo rigor e imparcialidade nas investigações do massacre de presos, ocorrido durante rebelião no presídio na Paraíba, no dia 29/7/97, resultando na morte de 8 detentos;

do Sr. Agostinho Tavares, condenado e preso por crime que diz não ter cometido, solicitando a presença de um advogado para avaliar sua situação; do Sr. Gilberto Marques de Sá, advogado da OAB, denunciando a falta de assistência médica ao preso Claudomiro Costa dos Santos, o que ocasionou o seu falecimento; do Sr. Áureo Araújo Faleiros, Diretor de Assuntos Fundiários da FUNAI, encaminhando cópia do decreto datado de 2/10/96, que homologou a demarcação da Terra Indígena Maxacali. A Presidência encaminha a referida correspondência à Gerência de Consultoria, para análise. A correspondência do Sr. Gilberto Marques de Sá e do Sr. Agostinho Tavares é encaminhada também à CPI que apura irregularidades no sistema carcerário. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo apresenta três requerimentos: no primeiro, solicita seja realizado estudo por esta Comissão sobre a violência praticada por policiais civis e militares contra a pessoa humana; no segundo, solicita a nomeação de um representante desta Comissão para receber documentos da Comissão de Atíngidos pela Barragem da Zona da Mata, no próximo dia 14, às 11 horas, em Congonhas; e no terceiro, solicita que esta Comissão faça uma visita ao Prefeito de Betim, Jéus Lima, vítima de um atentado. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Na seqüência, o Deputado Miguel Martini apresenta requerimento em que solicita seja enviado ao Congresso Nacional moção manifestando repúdio pela aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, do projeto de lei que trata do aborto. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Neste momento, o Deputado João Leite transfere a Presidência ao Deputado Durval Ângelo e apresenta oito requerimentos, nos quais solicita seja encaminhado convite ao Secretário de Estado da Segurança Pública para que venha a esta Comissão esclarecer denúncias envolvendo policiais civis; seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para que sejam ouvidos o Sr. Rogério Gonçalves Aramuni e os policiais militares, Tenente Wellington, Cabo Luís Fernando Vitor e os Soldados Flávio de Almeida e Valteir Scaizer Mourão, acusados de agressão contra o primeiro; sejam designados representantes desta Comissão para participarem da 1ª Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Brasília; seja enviado ofício ao Secretário da Segurança Pública, solicitando informações da Corregedoria de Polícia a respeito dos Srs. Nilton Araújo Silva, Delegado de Polícia, e Elcio da Conceição Ferreira, Detetive, os quais já estiveram lotados em Paracatu; seja enviado ofício ao Comandante-Geral da PMMG, solicitando informações a respeito da existência de inquéritos envolvendo policiais militares do destacamento de Nova União, relativos à denúncia de espancamento sofrido pelo Sr. Eustáquio Murilo da Silva Filho e pela Sra. Maria Aparecida da Silva; seja remetido ofício ao Secretário da Segurança Pública, solicitando informações da Corregedoria de Polícia a respeito dos Srs. Renan Pereira e Valdeniz Vieira Santos, os quais já estiveram lotados em Teófilo Otoni; e seja remetido ofício ao Comandante-Geral da PMMG, solicitando informações a respeito da existência de inquéritos envolvendo o Presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos da PMMG. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado João Leite passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Durval Ângelo procede à leitura do Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.033/96, o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência submete a votação, nos termos da Deliberação da Mesa nº 487, os Requerimentos nºs 2.263, 2.264 e 2.265/97, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1997.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Ivair Nogueira.

#### ATA DA 64ª REUNIÃO Ordinária da comissão de agropecuária e política rural

Às dez horas do dia três de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Roberto Amaral e Maria José Hauelsen, membros da Comissão supracitada. Na ausência do Presidente, a Vice-Presidente, Deputada Elbe Brandão, assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião. A seguir, registra a presença do Deputado Dimas Rodrigues e solicita ao Deputado Roberto Amaral que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Após, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e procede à leitura da seguinte correspondência: Ofício nº SR/183/97, do Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, e "fax" do Diretor-Geral do IMA. Passando à 1ª Fase da Ordem do Dia, a Presidente procede à leitura de requerimento do Deputado Wilson Pires, em que solicita seja convidado a comparecer a reunião desta Comissão o Superintendente Regional do Banco do Brasil, para prestar informações sobre crédito rural e política de atendimento ao pequeno produtor. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1997.

Paulo Piau, Presidente - Maria José Hauelsen - Elbe Brandão - Roberto Amaral.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre o veto parcial à proposição de lei nº 13.427

Às dezesseis horas do dia três de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Maria Barros, Maria José Hauelsen e Sebastião Costa (substituindo este ao Deputado Wilson Pires, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, e na ausência do Presidente, a Deputada Maria José Hauelsen assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência esclarece que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator, Deputado José Maria Barros, sobre a matéria. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado José Maria Barros emite seu parecer, mediante o qual conclui pela manutenção do veto aos arts. 13, 18 e 42 e pela rejeição dos vetos ao inciso XII do art. 9º e aos arts. 50 e 51 da Proposição de Lei nº 13.427. Na fase de discussão, a Presidente apresenta requerimento em que solicita a votação destacada do parecer sobre o veto aos arts. 13 e 42. Tendo em vista que a matéria a ser apreciada é de sua autoria, a Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Sebastião Costa, que defere o requerimento. Reassumindo a Presidência, a Deputada Maria José Hauelsen coloca em votação o parecer, salvo destaques, o qual é aprovado. Logo após, a Presidência coloca em votação o parecer sobre o veto aos arts. 13 e 42, destacados, o qual é aprovado. A seguir, a Presidência suspende a reunião por alguns instantes para a lavratura da ata desta reunião. Reaberta a reunião, o Presidente solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata desta reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 1997.

Maria José Hauelsen, Presidente - Sebastião Costa - José Maria Barros.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DOS NOMES DOS PROFESSORES PE. GERALDO MAGELA, MARIA ELIANA NOVAES, MARIA LISBOA DE OLIVEIRA E CLEMENCEAU CHAIBI SALIBA PARA INTEGRAREM O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Às quinze horas do dia nove de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, José Maria Barros, Sebastião Costa, Jorge Eduardo de Oliveira (substituindo este ao Deputado Geraldo da Costa Pereira, por indicação do Líder do PMDB) e Djalma Diniz, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria José Hauelsen, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, a designação do relator e a programação dos trabalhos. Prosseguindo, a Presidência determina à assessoria a distribuição das cédulas de votação e solicita ao Deputado Djalma Diniz que atue como escrutinador. Encaminhadas as cédulas ao escrutinador, este anuncia que foram eleitos, para Presidente, com 5 votos, a Deputada Maria José Hauelsen, e para Vice-Presidente, com 5 votos, o Deputado José Maria Barros. A Deputada Maria José Hauelsen empossa o Vice-Presidente, Deputado José Maria Barros, e este, por sua vez, assume a Presidência e empossa a Presidente eleita, que agradece a confiança dos membros da Comissão. Em seguida, designa para relator dos trabalhos o Deputado Sebastião Costa e lhe concede o prazo regimental para apresentar o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião ordinária prevista para o dia 16/9/97, às 15 horas, com a finalidade de se proceder à arguição pública dos indicados a integrar o Conselho Estadual de Educação e à apreciação do parecer do relator, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1997.

Maria José Hauelsen, Presidente - Sebastião Costa - José Maria Barros.

#### ATA DA 80ª REUNIÃO Ordinária da comissão de constituição e justiça

Às onze horas do dia dez de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Sebastião Navarro Vieira, Gilmar Machado, Antônio Júlio e Antônio Genaro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara abertos os trabalhos, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Nos termos regimentais, a Presidência acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 1.354 a 1.359 e 1.361 a 1.363/97 e dos Projetos de Lei Complementar nºs 23 e 24/97. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer, mediante o qual o relator conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 23/97 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). O Projeto de Lei nº 1.300/97, que recebeu parecer pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade (relator: Deputado Antônio Genaro), teve sua discussão adiada em virtude de pedido de vista concedido ao Deputado Gilmar Machado. Os Projetos de Lei nºs 1.293 e 1.321/97 não foram apreciados, em virtude de os respectivos relatores terem feito pedido de prazo, o que foi deferido pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Gilmar Machado - Ronaldo Vasconcellos - Antônio Júlio - Antônio Genaro.

#### ATA DA 56ª REUNIÃO Ordinária da comissão de assuntos municipais e regionalização

Às nove horas do dia onze de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Dimas Rodrigues, José Henrique e José Maria Barros (substituindo este ao Deputado Kemil Kumaira, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Vasconcellos, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Maria Barros que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente faz duas comunicações: na primeira, informa que a reunião extraordinária marcada para o dia 9/9/97 não ocorreu em razão da ausência de "quorum", estando presente, na oportunidade, o Vice-Presidente, Deputado Dimas Rodrigues. Na segunda, informa que, atendendo a requerimento da Deputada Maria José Hauelsen, aprovado em 13/3/97, será realizada reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Ciência e Tecnologia, de Política Energética, Hídrica e Minerária e de Meio Ambiente, dia 29/9/97, às 9h30min, no 19º Batalhão da Polícia Militar, em Teófilo Ottoni. A aludida reunião terá por finalidade debater a Zona de Processamento de Exportação, localizada naquele município. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de matéria de deliberação conclusiva da Comissão. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.126/97, cujo relator, Deputado José Braga, emitiu parecer por sua aprovação. Estando ausente o Deputado José Braga, relator do Requerimento nº 2.277/97, de autoria do Deputado Antônio Roberto, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado José Henrique, que emite parecer pela aprovação desta. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Registra-se a presença do Deputado José Braga. O Presidente, a seguir, submete a votação, nos termos da Deliberação da Mesa nº 487, o Requerimento nº 2.286/97, do Deputado Dimas Rodrigues, o qual é aprovado. Dando seqüência, o Presidente submete a discussão e votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.238/97, de autoria do Deputado José Henrique, o qual é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1997.

Ronaldo Vasconcellos, Presidente - Dimas Rodrigues - José Braga - Baldonedo Napoleão.

#### ATA DA 50ª REUNIÃO Ordinária da comissão de redação

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ailton Vilela, Arnaldo Penna e Bilac Pinto, membros da supracitada Comissão. Na ausência do Presidente, o Deputado Ailton Vilela assume a Presidência e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência distribui ao Deputado Bilac Pinto os Projetos de Lei nºs 778/96, 1.146 e 1.157/97 e ao Deputado Arnaldo Penna os Projetos de Lei nºs 1.198, 1.201 e 1.231/97. Encerrada a 1ª Parte da reunião, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição sujeita a apreciação do Plenário da Assembléia. Discutido e votado, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 778/96 (relator: Deputado Bilac Pinto). Passa-se, em seguida, à fase de discussão e votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva das comissões. Discutidos e votados, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.146 e 1.157/97 (relator: Deputado Bilac Pinto) e dos Projetos de Lei nºs 1.198, 1.201 e 1.231/97 (relator: Deputado Arnaldo Penna). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1997.

Irani Barbosa, Presidente - Arnaldo Penna - Ailton Vilela.

#### ATA DA 65ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa do consumidor

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Antônio Andrade, Antônio Roberto e Ajalmar Silva (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Está presente, também, o Deputado Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e a realizar audiência pública com representantes da sociedade civil, que prestarão esclarecimentos sobre a situação dos moradores do Bairro Jardim Serra Verde, em Belo Horizonte, os quais adquiriram imóveis da Imobiliária Coimbra e Tocantins. Ato contínuo, a Presidência informa aos Deputados e aos demais participantes que serão ouvidos os Srs. Bernardo Wagner da Gama, advogado; Inês Maria de Assis Carvalho, Presidente da Associação Comunitária Bairro Jardim Serra Verde; Cleolice Magalhães de Souza Lima e Ricardo Pessoa, advogados, representantes do Sr. Darcy Pessoa. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Em conformidade com o disposto no art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno, o Deputado Geraldo Nascimento passa a Presidência dos trabalhos ao Deputado Antônio Andrade e procede à leitura de requerimento de sua autoria, em que solicita sejam ouvidos os Srs. Rogério Colombini, Secretário Municipal de Abastecimento; Afonso Damásio, Diretor do Departamento de Área e Incentivo à Produção de Alimentos Básicos; Hélio Machado, Presidente da Central de Abastecimento de Minas Gerais; Ildeu Andrade, Presidente da Associação Mineira de Sacolões, e Antônio Claret, da Associação Mineira de Supermercados, os quais discutirão os preços dos produtos hortifrutigranjeiros, que, da lavoura até a mesa do consumidor, sofrem aumento de até 200%. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Geraldo Nascimento reassume a direção dos trabalhos e passa a palavra ao Deputado Miguel Martini, autor do requerimento que motivou a reunião, para que teça suas considerações iniciais sobre o assunto. Em seguida, os convidados usam da palavra para fazer suas exposições, conforme consta nas notas taquigráficas. Tendo em vista a importância da discussão sobre a situação dos moradores do Bairro Serra Verde, os Deputados, os convidados e as demais pessoas presentes decidem que é necessária a participação de outras autoridades essenciais à discussão do tema. Nesta oportunidade, o Deputado Miguel Martini apresenta requerimento, em que solicita sejam ouvidos, na Comissão, em audiência pública, os convidados supracitados, bem como os Srs. Geraldo de Faria Martins, Secretário Executivo do PROCON Estadual; Renê Coulaud da Costa Cruz, Juiz da Vara de Registros Públicos; Eugêneo Klein Dutra, Oficial de Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis, e outros, para se obterem maiores esclarecimentos sobre a questão. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Após, o Presidente comunica que a Comissão se reunirá no dia 25/9/97, às 15 horas, para tratar desse assunto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente - Antônio Andrade - Ambrósio Pinto - Ajalmar Silva.

Às quinze horas e quinze minutos do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Elbe Brandão (substituindo esta ao Deputado Ermano Batista, por indicação da Liderança do Bloco da Maioria), Ivair Nogueira, Sebastião Navarro Vieira e Adeldo Carneiro Leão, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna e Adeldo Carneiro Leão, membros da Comissão de Administração Pública; Hely Tarquínio (substituindo o Deputado Miguel Martini, por indicação da Liderança do PSDB), Roberto Amaral, Sebastião Navarro Vieira e Ivair Nogueira (substituindo este ao Deputado José Braga, por indicação da Liderança do PDT), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente informa que, nos termos regimentais, foram designados relatores para emitir pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.295/97, do Governador do Estado, que institui o Programa Estadual de Crédito Popular e dá outras providências, no âmbito das Comissões supracitadas, respectivamente, os Deputados Ivair Nogueira, Ajalmar Silva e Roberto Amaral. A seguir, o Deputado Ivair Nogueira emite seu parecer, pela Comissão de Constituição e Justiça, mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, passa-se à apreciação do parecer da Comissão de Administração Pública. O relator, Deputado Ajalmar Silva, apresenta seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.295/97 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão, o Deputado Adeldo Carneiro Leão solicita vista da proposição, o que é concedido pelo Presidente. A seguir, a Presidência determina a distribuição de avulsos do parecer do relator no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Roberto Amaral, o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1. Não havendo mais matéria a ser tratada, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião conjunta, amanhã, às 15 horas, conforme edital já publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Arnaldo Penna - Ajalmar Silva - Paulo Piau - Antônio Roberto - Antônio Andrade - Bené Guedes - Durval Ângelo - Dimas Rodrigues - Baldonado Napoleão.

#### ATA DA 23ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de administração Pública

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Elbe Brandão (substituindo esta ao Deputado Ajalmar Silva, por indicação da Liderança do PSDB) e Marcos Helênio, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o parecer sobre a Emenda nº 2, apresentada em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.296/97 e designa relator da matéria o Deputado Arnaldo Penna, a quem indaga se está em condições de emitir o seu parecer. O relator, com a palavra, apresenta seu parecer, em que conclui pela rejeição da Emenda nº 2. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado, com voto contrário do Deputado Marcos Helênio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1997.

Ajalmar Silva, Presidente - Arnaldo Penna - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho.

#### ATA DA 76ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Raul Lima Neto, Anivaldo Coelho, José Henrique (substituindo este ao Deputado Antônio Roberto, por indicação da Liderança do PMDB) e Ronaldo Vasconcelos, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Raul Lima Neto, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Ronaldo Vasconcelos que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão, oportunidade em que o Deputado Durval Ângelo apresenta requerimentos, solicitando seja encaminhada à Curadoria Estadual do Meio Ambiente do Ministério Público, à AMDA, ao COPAM, à FEAM e ao IBAMA-SUPES-MG cópia da inicial da ação popular do Sr. Benito Vilacha Peres (Processo nº 3.422/97), bem como cópia da liminar do Juiz, solicitando providências urgentes para se evitar mais um crime ecológico na serra do Cipó; sejam solicitadas ao Juiz de Direito da Comarca de Jaboticatubas informações sobre o mencionado processo contra o loteamento denominado Áreas Residenciais Recanto da Serra, localizado às margens da Rodovia MG-010, na serra do Cipó, e se houve a liminar concedida pelo Juiz da Comarca em 10/9/97, proibindo a prática de mais um crime ecológico; sejam enviados ofícios à Prefeitura Municipal de Santana do Riacho, repudiando a autorização concedida por ela para que se fizesse o mencionado, e à Prefeitura Municipal de Jaboticatubas, cada um por sua vez, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária a se realizar no dia 18 do corrente, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1997.

Raul Lima Neto, Presidente - Antônio Roberto - Gilmar Machado.

#### ATA DA 88ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezessete de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Antônio Roberto, José Braga e Gilmar Machado, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Esta reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente designa o Deputado José Braga para relator do Projeto de Lei nº 1.316/97 e informa que o Projeto de Lei nº 1.294/97 não será apreciado em virtude de não ter sido examinado pelo Plenário. Em seguida, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o relator dos Projetos de Lei nºs 1.292 e 1.316/97, Deputado José Braga, solicita a distribuição de avulsos dos seus pareceres, e o Presidente determina que seja executado o seu pedido. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Antônio Roberto - José Braga - Gilmar Machado.

#### MATÉRIA VOTADA

#### MATÉRIA VOTADA NA 298ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 23/9/97

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.295/97, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 3.

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 1.100/97, do Deputado Miguel Martini.

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 1.326/97, do Governador do Estado.

Requerimento do Deputado Péricles Ferreira, em que solicita regime de urgência para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42/97.

Foi rejeitada a seguinte proposição:

## Em 1º turno: Projeto de Lei nº 667/96, do Deputado Dinis Pinheiro.

### ORDENS DO DIA

#### ORDEM DO DIA DA 299ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 24/9/97

##### 1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

###### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

###### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/95, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta inciso ao art. 63 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/96, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição Estadual e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97, do Deputado José Bonifácio, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.091/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que disciplina a publicação dos atos administrativos que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42/97, do Governador do Estado, que altera a redação do "caput" do art. 142 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/95, do Deputado Miguel Martini, que dá nova redação ao § 2º do art. 53 da Constituição do Estado e ao art. 68 do respectivo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 514/95, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a política estadual de amparo do idoso e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 846/96, do Deputado Gilmar Machado, que assegura ao consumidor o pleno atendimento dos serviços médico-hospitalares prestados por empresas privadas ou de intermediação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.316/97, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, que dispõe sobre mudança de denominação da CEMIG e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 991/96, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a valorização da Língua Portuguesa no Estado. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 718/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado para melhorar as condições nutricionais da população. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 979/96, do Deputado Geraldo Nascimento, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à pesquisa e à fabricação de produtos fitoterápicos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.066/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Cultura de Alho e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 24/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. José Néelson de Almeida Machado, Presidente da ABES; Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da AMDA; Ruy José Vianna Lage, Presidente da COPASA-MG; Maurício Andrés Ribeiro, Presidente da FEAM; José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Sociedade Mineira dos Engenheiros; Paulo Emílio Lott, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Luiz Henrique Dantas Hargreaves, Superintendente da SLU, e Paulo Roberto Henrique, Presidente do SINDUSCON, que irão discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.254/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de caixas para resíduos de captação de esgoto em todas as construções no Estado.

Ordem do dia da 69ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, a realizar-se às 9h30min do dia 24/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.282/97, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimento nº 2.313/97, do Deputado Bené Guedes.

Ordem do dia da 50ª reunião ordinária da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a realizar-se às 9h30min do dia 24/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Finalidade: ouvir o Sr. Davis Antônio Cardoso, que irá prestar esclarecimentos sobre a morte do sindicalista Ivan Chaves Teixeira.

Ordem do dia da 66ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 24/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.310/97, do Deputado Roberto Amaral.

Convidado: Sr. Elmo Meirelles Pahl, Superintendente Regional do Banco do Brasil, que prestará esclarecimentos sobre crédito rural e política de atendimento ao pequeno produtor.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 24/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.137/97, do Deputado José Bonifácio; 1.219/97, do Deputado Miguel Martini; 1.248/97, do Deputado Olinto Godinho; Projeto de Lei Complementar nº 23/97, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.163/97, do Deputado Irani Barbosa.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 24/9/97

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.297/97, do Deputado Anderson Adatao; 1.328/97, do Deputado Arnaldo Canarinho; 1.322/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.290/97, do Deputado José Militão; 1.266/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.347/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.346/97, do Deputado Arnaldo Canarinho; 1.345/97, do Deputado Ivair Nogueira; 1.348 e 1.349/97, do Deputado Miguel Martini; 1.344/97, do Deputado Péricles Ferreira.

Requerimento nº 2.230/97, do Deputado Anderson Adatao.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 25/9/97

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.032/96 e 1.329/97, do Deputado José Bonifácio.

**Convidados: Srs. Antônio Aureliano Sanches de Mendonça, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Mauro Roberto Soares de Vasconcellos, Diretor-Geral do DER-MG, e Marcelo Marinho Couto, Diretor-Geral do DEOP, que irão prestar informações sobre os planos e programas de obras estaduais.**

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, e o art. 38, c/c o art. 264, III, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 24/9/97, destinadas, a primeira, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 8/95, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta inciso ao art. 63 da Constituição do Estado, 12/95, do Deputado Miguel Martini, que dá nova redação ao § 2º do art. 53 da Constituição do Estado e ao art. 68 do respectivo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado, 28/96, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição Estadual e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado, 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado, 36/97, do Deputado José Bonifácio, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado, e 42/97, do Governador do Estado, que altera a redação do "caput" do art. 142 da Constituição do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 991/96, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a valorização da Língua Portuguesa no Estado, 1.091/97, da Deputada Maria José Heuelsen, que disciplina a publicação dos atos administrativos que menciona e dá outras providências, e 1.316/97, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, que dispõe sobre mudança de denominação da CEMIG e sobre ampliação de seu objetivo social, bem como dá outras providências; e à discussão e à votação de pareceres de redação final; e a segunda, secreta, destinada à apreciação dos pareceres da Comissão de Justiça sobre os Ofícios nºs 12/97, do Tribunal Regional Eleitoral, e 19/96 e 21/97, do Tribunal de Justiça.

Palácio da Inconfidência, 23 de setembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Antônio Genaro, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da Comissão de Administração Pública, para a reunião conjunta a ser realizada em 24/9/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a seguinte finalidade: ouvir os Srs. Mauro Roberto Soares Vasconcellos, Diretor-Geral do DER-MG; Antônio Carlos Pereira, Presidente da BHTrans; Rubens Lessa Carvalho, Presidente do SINDPAS, e José Wanderley Gil da Cruz, Presidente da Associação dos Condutores Autônomos dos Três Vales, os quais prestarão esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 1.324/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o transporte de veículos de pequeno porte; e, se possível, apreciarem-se os pareceres destas Comissões para o 1º turno do mencionado projeto.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Preparatória da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Proceder a Estudos Que Criem Instrumentos Políticos Que Garantam ao Mutuário Receber a Casa Própria Adquirida através de Financiamentos Feitos Diretamente com as Construtoras e, ao Mesmo Tempo, Apresentar Sugestões Que Possibilitem ao Governo Federal Encontrar os Mecanismos de Fiscalização de Tais Financiamentos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Baldonado Napoleão, Wilson Pires, Luiz Fernando Faria e Anderson Aduato, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, designar-se o relator e programarem-se os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 1997.

Ibrahim Jacob, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Antônio Genaro, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ronaldo Vasconcellos, Dimas Rodrigues, Kemil Kumaira, José Militão, Toninho Zeitune, Glycon Terra Pinto e José Braga, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Angelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 24/9/97, às 16h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em 1º turno, os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.364/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e dá outras providências.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.248/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o projeto de lei em análise visa a declarar de utilidade pública a entidade Obras Sociais da Igreja de São João Batista, com sede no Município de Barão de Cocais.

Após o exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição, cabe-nos emitir parecer sobre a matéria para o 1º turno de deliberação conclusiva.

Fundamentação

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma sociedade de caráter filantrópico, que busca aliviar o sofrimento das pessoas carentes, mediante o auxílio à maternidade, o amparo à infância e à velhice e a assistência social em geral. É um trabalho organizado e permanente junto à comunidade, o qual permite às famílias assistidas prosperar pelo esforço próprio.

Acreditamos, pois, ser a entidade merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.248/97 no 1º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.282/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Justiça e Liberdade Luziense nº 148, com sede no

Município de Santa Luzia.

A matéria foi submetida, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação. Deve esta Comissão, agora, deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

A entidade referida realiza um trabalho voltado para o aperfeiçoamento moral e intelectual das pessoas, desenvolvendo o senso de justiça e de honestidade entre seus membros e cultivando outros valores ligados às melhores tradições.

Empenha-se, ainda, em favor do engrandecimento do Brasil e do cumprimento das leis, merecendo, por isso, ser declarada de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.282/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 1997.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.302/97

Comissão de Saúde e Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Geraldo Rezende, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campina Verde, com sede no Município de Campina Verde.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua normal tramitação e apresentou-lhe a Emenda nº 1.

Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

A APAE de Campina Verde sintetiza seu espírito filantrópico no trabalho que realiza em prol da integração do excepcional na sociedade.

Entre os serviços a ele prestados, destacam-se a criação e a manutenção de escolas especializadas, a realização de atividades extracurriculares, como colônia de férias e cursos de jardinagem, e o incentivo ao trabalho.

Tais atividades demonstram o caráter social da entidade, tornando-a merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões exaradas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.302/97 no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO de lei Nº 1.303/97

Comissão de Saúde e Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o projeto de lei em análise propõe seja declarada de utilidade pública a Associação Fraternal Amigos do Menor - AFAM -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Submetida a matéria, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação, deve agora esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto no 1º turno, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

Ao estabelecer como sua finalidade a promoção do menor, a AFAM busca cumprir o art. 227 da Constituição Federal, segundo o qual é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Por sua luta para melhorar as condições de vida das crianças e dos adolescentes órfãos e carentes, merece a instituição ser declarada de utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.303/97 no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.306/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Luz do Universo nº 139, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada em 7/8/97, a proposição foi distribuída, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento das normas regimentais.

Fundamentação

A mencionada loja, com base em seus nobres ideais, realiza atividades assistenciais que proporcionam um crescimento social, moral e intelectual da humanidade.

Portanto, diante da importância desse trabalho, que deve prosseguir alcançando seus objetivos, consideramos justa a declaração da utilidade pública da entidade.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.306/97 na forma proposta.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.235/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Leonídio Bouças, o projeto de lei em epígrafe tem por escopo declarar de utilidade pública a Universidade Social do Triângulo - UST -, com sede no Município de Uberlândia.

Aprovado o projeto no 1º turno, com a Emenda nº 1, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, no 2º turno, nos termos regimentais.

Em observância ao que determina o art. 196 do Regimento Interno, elaboramos a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A UST desenvolve múltiplas atividades, com o objetivo de combater a fome e a pobreza, promover a saúde, proteger a maternidade, reabilitar portadores de deficiência e oferecer cursos profissionalizantes.

Acreditamos, pois, ser oportuna a declaração de sua utilidade pública, uma vez que o trabalho por ela desenvolvido beneficia a coletividade.

Conclusão

Diante do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.235/97 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 1.235/97

Declara de utilidade pública a Universidade Social do Triângulo -UST -, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Universidade Social do Triângulo - UST -, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.264/97

Comissão de Saúde e Ação Social

##### Relatório

De iniciativa do Deputado José Henrique, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Divino do Traíra - ACODI -, com sede no Município de Engenheiro Caldas.

Aprovada a proposição no 1º turno, sem emenda, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

##### Fundamentação

Reafirmando o posicionamento anterior desta Comissão sobre o assunto, reconhecemos a pertinência de se declarar de utilidade pública a entidade mencionada, dada a importância de suas atividades em prol do desenvolvimento comunitário do citado município, principalmente no que diz respeito a obras de infra-estrutura urbana.

Isso posto, depreendemos que o valor social de seu trabalho lhe confere inquestionável qualidade representativa.

##### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.264/97 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.274/97

Comissão de Saúde e Ação Social

##### Relatório

De iniciativa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Paracatu, com sede no Município de Paracatu.

Aprovado o projeto no 1º turno, sem emenda, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, no 2º turno, nos termos regimentais.

##### Fundamentação

Iterando o posicionamento anterior desta Comissão sobre a matéria, reconhecemos a importância de se declarar de utilidade pública a entidade mencionada, tendo em vista os serviços por ela prestados a portadores de deficiência na área educacional, profissional, associativa e filantrópica. Seu trabalho tem como objetivo integrar essas pessoas à vida social, o que é bastante meritório.

##### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.274/97 na forma proposta.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 295ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

##### Discursos Proferidos em 16/9/97

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Rezende, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, por diversas vezes ocupei esta tribuna para, em nome do povo do Norte de Minas, manifestar as esperanças e os anseios dessa região na luta pela superação das dificuldades estruturais que afetam nossa realidade.

Hoje tenho a satisfação de ocupá-la para parabenizar a população do vale do Jequitinhonha pela vitória obtida: sua inclusão na área mineira da SUDENE.

Parabenizamos a Senadora Júnia Marise, autora do projeto que possibilitou essa inclusão - o qual há cinco anos tramita no Congresso Nacional -, pelo seu empenho em conduzir as reivindicações da região, conhecedora que é das profundas desigualdades socioeconômicas que tolhem o desenvolvimento e impedem a superação do crítico quadro de pobreza lá existente.

Parabenizamos a bancada mineira, que votou maciçamente e com sensibilidade ao transformar a luta do vale numa ação política contundente e vitoriosa.

Assim como o Norte de Minas, por meio de incentivos fiscais e de políticas diferenciadas para a área mineira, o vale tem-se tornado atrativo para investimentos, que impulsionam a sua transformação socioeconômica. Acreditamos que o vale do Jequitinhonha concretiza, agora, suas expectativas e pode repensar novas políticas e ações transformadoras para gerar desenvolvimento, empregos e melhoria da qualidade de vida.

Novas perspectivas se abrem; o vale se torna agora atrativo para investimentos diversificados, que imprimirão novo perfil à sua economia local.

Assim, podemos acreditar e garantir a verdadeira apropriação, por parte de sua população, dos instrumentos de reversão da crítica e histórica condição de pobreza, possibilitando a construção de uma nova realidade, uma realidade onde se concretiza a esperança e, certamente, o crescimento econômico e a tão sonhada justiça social. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, pessoas presentes nas galerias, membros da imprensa, venho a este Plenário para alertar os Srs. Deputados e a população a respeito da política de exploração humana que vêm pregando alguns parlamentares pelo interior de Minas Gerais.

Neste final de semana, Sr. Presidente, caros colegas, nossa comunidade no vale do Aço foi agraciada com algumas ambulâncias. Informaram-me que alguns Deputados, acompanhados de alguns Vereadores, fizeram a entrega de ambulâncias à população carente da região. Aliás, uma prática comum em outras regiões de Minas.

Uma ambulância, Sr. Presidente, numa comunidade por si só não pode garantir o atendimento hospitalar. É necessário que primeiro tenhamos pessoas para conduzi-las. Também é necessário saber para qual serviço hospitalar elas conduzem o doente.

Quero esclarecer que não fazemos esse tipo de política, porque estamos a serviço da classe trabalhadora e dos menos favorecidos, com ações que respaldam o valor da cidadania. Entregar ambulância numa comunidade, acompanhado de Vereadores, é fazer política da exploração humana do "quanto pior melhor".

É evidente, Sr. Presidente, que as entidades ficam sem apoio, e os Presidentes das entidades começam a procurar os Deputados para resolver as questões e nos perguntam: qual o valor das suas subvenções? Mas também não temos como responder.

As entidades que recebem nossas verbas de subvenção prestam serviços concretos nos vários campos da saúde, como no atendimento a dependentes de drogas; na assistência social, no auxílio a creches; no apoio à cultura popular, nas ações comunitárias, no apoio a mutirão habitacional e hortas comunitárias, entre outros.

Aproveito para alertar a população sobre a bandalheira que vive o governo do PSDB. Um governo que altera a legislação eleitoral, visando à reeleição casuística do Presidente da República e que também é o responsável pelas alterações na legislação referente aos idosos.

Hoje o jovem não tem esperança de emprego; e o aposentado tem esperança de vida? Mas não tem os seus direitos garantidos. Por si só a pergunta já é respondida. O aposentado está massacrado pela política neoliberal, que altera os seus direitos de aposentadoria. Aliás é o que o governo federal está querendo com a proposta de aposentadoria aos 60 anos. Com esta proposta, dificilmente teremos essa classe dos aposentados assistida pela Previdência.

O jovem está desempregado, e os trabalhadores da ativa, com certeza, não terão a benevolência desse capitalismo selvagem para esperá-lo até os 60 anos para aposentar-se. Provavelmente será demitido antes de completar 60 anos de idade.

Sr. Presidente, do jeito que as coisas caminham, quando a Previdência Social estiver privatizada, vamos entender a serviço de quem estão a Presidência da República, os governos estaduais do PSDB e os Prefeitos ligados a esses governantes. Digo especialmente aos Prefeitos do PSDB e a seus aliados partidários. É uma política tradicional. Esse entendimento só vamos ter quando completarmos a idade para nos aposentar, sem poder usufruir do direito. Tudo caminha para a privatização da Previdência Social no Brasil.

A política de entrega dos nossos patrimônios, como a vale do Rio Doce e outras estatais, basta para preparar o campo da previdência privada no nosso País. Sr. Presidente, caros colegas, precisamos nos mobilizar em todas as frentes para que evitemos esse caos na nossa sociedade.

Aproveito a oportunidade, e saúdo o novo Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, Hermélio Soares Campos, empossado nesta segunda-feira. Estive presente à solenidade, a convite do membro da Federação, José Virgílimo de Andrade - Sr. Presidente, solicito que fique registrado nos anais da Assembléia Legislativa. Estendo meus cumprimentos ao Presidente empossado e a toda a diretoria, nessa nova fase da defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas. Estaremos sempre à disposição, dentro das nossas limitações, para juntos promovermos uma grande mobilização contra todos os governos - federal, estaduais e municipais - que são a favor desse casuismo do neoliberal na nossa sociedade, que tem a anuência, sobretudo dos governos do PSDB.

Sr. Presidente, é lamentável que tenhamos de usar esta tribuna para falar de uma questão de tamanha gravidade na nossa sociedade. Assistimos com muita tristeza à posse dos novos dirigentes da Federação dos Aposentados do Estado de Minas Gerais por ver que todos eles, unanimemente, reclamam que não têm perspectiva com relação às suas aposentadorias nem quanto aos seus salários. Isso é uma tristeza, pois os aposentados, que deveriam neste momento ser agraciados pelos poderes municipais, estaduais e federal, sobretudo na Previdência Social, ao contrário, hoje são considerados um entulho na nossa sociedade. É lamentável que tenhamos de dizer isso, Sr. Presidente. Nosso muito obrigado.

O Deputado Baldonado Napoleão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, senhores funcionários, senhores da imprensa, no exercício do mandato parlamentar, temos ocupado a tribuna desta Assembléia com a frequência que nos permitem as possibilidades, mas sempre atento ao compromisso assumido com nossos constituintes. Trata-se de responsabilidade de que não nos esquivamos, ao defender nesta Casa o interesse maior do povo mineiro. Ocasionalmente há, entretanto - e continuará a haver na medida em que as conquistas de nossa gente forem sendo assinaladas -, nas quais nos fazemos presente em manifestação de alegria, mais que no cumprimento do dever. A de hoje é uma dessas ocasiões, quando celebramos o aniversário natalício de D. Lucas, Cardeal Moreira Neves, Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil, membro ilustre do Sacro Colégio de Cardeais da Igreja Católica, Apostólica e Romana.

Foi no dia 16/9/25 que veio ao mundo, na nossa São João del-Rei, esse homem cuja existência constitui exemplo tão enriquecedor para os brasileiros. Nascido em tradicional família são-joanense, foram seus pais o Prof. Telêmaco Victor Neves, músico e intelectual de valor, e D. Margarida Alacoque Moreira Neves, amável e amena figura de professora e mãe de família. Do pai, herdou ele o amor pela música, não fosse o Prof. Telêmaco, aliás, compadre de meu avô paterno, Arthur Napoleão, regente da bicentenária Orquestra Ribeiro Bastos; e da mãe, o apego aos estudos. Com ambos, aprendeu a cultivar o amor ao próximo e a perseverar na mais legítima doutrina cristã.

Primogênito de uma prole de nove irmãos, o menino Lucas concluiu os estudos secundários no nosso querido e renomado Ginásio Santo Antônio, na terra natal, de onde partiu para o Seminário de Mariana. Ali, veio-lhe a decisão de ingressar na Ordem dos Pregadores de São Domingos. Os primeiros votos, ele os fez no Seminário Dominicano de São Paulo, partindo então para a França. Na pátria gaulesa, no Convento de Saint Maximin, completou cursos de Filosofia e Teologia, ordenando-se sacerdote em julho do Ano Santo de 1950.

De volta ao Brasil e a São João del-Rei, oficiou a primeira missa solene em 25/1/52, na mesma Igreja de Nossa Senhora do Rosário em que havia sido batizado. A partir daí, intensa tem sido sua atividade em prol da Igreja e dos católicos brasileiros, desenvolvida em São Paulo, no Rio de Janeiro, enfim, onde o chame o apostolado. Foi Vice-Prior dos Dominicanos no Brasil, trabalhou com os estudantes na UNE e coordenou o Movimento Familiar Cristão, entre outras atividades.

Em 1967, aos 42 anos, tornou-se o mais jovem prelado do Brasil, ao ser indicado pelo Papa Paulo VI para Bispo Auxiliar de São Paulo. À sagração, seguiu-se a primeira missa pontifical, celebrada na Igreja de São Francisco de Assis, em São João del-Rei. Não poderia ter havido melhor moldura para encontro de tanto significado e emoção que essa autêntica jóia da arte sacra brasileira, repostório de obras magistrais do Aleijadinho.

Em 1979, foi D. Lucas nomeado, pelo Papa João Paulo II, Secretário da Congregação dos Bispos, cargo que veio a acumular com o de Secretário do Colégio dos Cardeais, no Vaticano. A caminhada luminosa prosseguiu com sua designação, em 1987, para Arcebispo Metropolitano de Salvador e Primaz do Brasil. A admissão ao Colégio Cardalício veio coroar essa trajetória, um ano depois.

Tão frutuosa existência pressupõe personalidade rica e variada, em que a profundidade do intelecto convive com a virtude mais inatacável. Nosso homenageado não foge à regra, e nele se fundem, com maestria, o religioso, o homem de letras, o líder e o cidadão.

Por suas qualificações como servo da Igreja, responde a obra que vem ele edificando há mais de meio século. Já o intelectual, escritor e jornalista teve seu valor ratificado quando, há um ano exatamente, foi eleito e ingressou na Academia Brasileira de Letras.

Autor de livros inspirados, tais como "Com Olhar de Pastor", "Vigilante desde a Aurora", "O Alferes e o Presidente" e "Crônicas do Reino de Deus", D. Lucas é também o periodista respeitado que, regularmente, dá à luz artigos e ensaios primorosos nos principais jornais brasileiros. Sua visão sobre a cultura, aliás, ele a sintetizou no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, de que nos permitimos transcrever excerto: "Cultura é riqueza e patrimônio, objetivo e necessidade, direito e obrigação de cada indivíduo e da comunidade humana".

A efetiva participação da Igreja na história do Brasil vem desde os primórdios de nossa pátria. No Brasil Colônia, luzem as míticas figuras dos missionários Anchieta e Nóbrega, bem como a inteligência fulgurante de Vieira, o Pregador. No drama político que precedeu a Independência, temos o Pe. Toledo, companheiro de Tiradentes e participante ativo da Inconfidência Mineira, e a conturbada e quixotesca presença do grande Frei Caneca na Confederação do Equador. Ao lado de Pedro I, no Grito do Ipiranga, estava o insigne Pe. Belchior. São evidências esparsas de que nossos religiosos jamais negligenciaram os ideais patrióticos e a integração com nossa gente.

Hoje, com as transformações radicais experimentadas pela sociedade brasileira a cada dia que passa, a Igreja Católica - mesmo oficialmente desvinculada do Estado - continua grande em seu contributo para a consolidação da nacionalidade. D. Lucas tal nos confirma, ao exercer apostolado próximo do povo e dos cidadãos, coerente com nossas carências e anseios, procurando ajustar a realidade social e econômica aos ensinamentos de Cristo.

Grande D. Lucas, este Príncipe da Igreja que o destino fez nascer na nossa muito querida São João del-Rei. A nós, pessoalmente, a comunidade são-joanense honrou com a cidadania honorária e com a representação nesta Assembléia Legislativa. Pois é alicerçado nessas provas de confiança que estamos assumindo a prerrogativa de saudar da tribuna, em nome do povo mineiro, nosso conterrâneo ilustre. Parabéns, D. Lucas Moreira Neves! Que Deus o conserve, ainda, por muitos anos entre nós, inspirando-nos com seu exemplo, sua humildade, sua inteligência, sua virtude e seu amor à nossa terra! É um privilégio ser seu contemporâneo. Tenho certeza de que seu futuro, assim como seu passado o foi, será marcado por extraordinárias contribuições à Igreja e ao Brasil. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 1983, quando tomei posse como Vereador em Belo Horizonte, juntamente com a comunidade de Venda Nova e vários Presidentes de associações populares desenvolvi um exaustivo trabalho junto ao então Governador Tancredo Neves para a criação de várias escolas, de vários pólos de 2º grau na região Norte de Belo Horizonte. O Estado, naquela época, cumpriu a sua parte, mas havia ainda uma falha muito grande em Belo Horizonte, porque as únicas escolas municipais de 2º grau que existiam eram o Colégio Marconi, o Colégio Municipal de São Cristóvão e o IMACO, no Parque Municipal. Desenvolvemos, então, uma luta muito grande junto ao Dr. Hélio Garcia, então Prefeito de Belo Horizonte, e conseguimos, após 18 anos da última criação de 2º grau em escolas municipais, a criação do 2º grau na Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa, no Distrito de Venda Nova. Seguiram-se várias outras, entre elas a Escola Joaquim dos Santos, a Escola Milton Campos e várias outras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pasmem os senhores, o Prefeito de Belo Horizonte, o "Dr. BH", anuncia agora a desativação das escolas municipais de 2º grau de Belo Horizonte. Quando o mundo anda para a frente, o nosso Prefeito socialista vai de marcha a ré. Acabar com as escolas de 2º grau, conquista da comunidade, conquista de pessoas que tiveram compromisso com Belo Horizonte, que têm compromisso com Belo Horizonte, é um retrocesso próprio daqueles que não têm compromisso com a cidade. Deixo aqui o meu apelo ao "Dr. BH", a fim de que ele reveja a sua consciência, se é que ele a tem, porque o homem que quer e almeja outros cargos maiores, sem conseguir administrar Belo Horizonte, deixa em pânico uma população já sofrida, sem condição de emprego, sem condição de moradia. Qualquer pessoa que duvide do que estou falando pode verificar facilmente: basta pegar a Avenida Antônio Carlos, a Leste-Oeste - é favela entornando para todo lado - no trevo do viaduto São Francisco. Havia um bairro ali, de classe média, muito bonzinho até; desapropriaram-no a fim de ampliar o trevo do DNER, do anel com a Avenida Antônio Carlos. Quem passa por lá todos os dias vê favela pura. Um Prefeito que não dá conta de dar moradia aos seus habitantes descamisados ainda quer acabar com a escola de 2º grau? A escola que propiciou àquela população, principalmente a da região Norte, onde militamos como Vereador, o acesso à universidade, que até então era proibido? Deixo aqui o meu apelo ao "Dr. BH": estamos no limiar do ano 2000, no centenário de Belo Horizonte, e ele com a cabecinha no Leste Europeu? Pelo amor de Deus, não é por aí que vamos!

Mais uma do "Dr. BH": domingo passado assistimos à força do município ao ser proibida a abertura do comércio aos domingos. Qualquer cidadão, seja ele afortunado ou sacoleiro, que sai do País, até nas suas fronteiras mais pobres, que são o Paraguai, a Argentina, o Uruguai ou o Chile, vai ver o comércio aberto aos domingos. O mundo inteiro anda numa direção em que as pessoas que trabalham durante toda a semana, que não têm tempo para sair, podem comprar. E o "Dr. BH" aplica em Belo Horizonte mais um retrocesso. E pasmem os senhores, a única vocação de Belo Horizonte é para o comércio, uma vez que já perdemos todas as indústrias que tínhamos aqui por falta de uma legislação adequada, por falta de dinamismo dos administradores, não apenas do atual, mas também dos antecessores. E agora querem acabar com essa vocação de Belo Horizonte, o comércio, que poderia gerar mais empregos no final de semana e conquistar as cidades da região metropolitana, gerando com isso emprego e receita, que esta cidade está precisando, haja vista o seu favelamento. E o "Dr. BH" fecha escolas de 2º grau, alegando falta de recurso. Para almejar ser candidato a qualquer coisa além de Prefeito é preciso primeiro aprender a administrar Belo Horizonte, e gostaria que o "Dr. BH" se mirasse em exemplos do que há de bom no mundo inteiro e não naqueles que levam para trás Belo Horizonte.

Deixo o meu apelo à população belo-horizontina, àqueles que pensam e que têm lucidez, porque Belo Horizonte precisa de emprego, precisa trabalhar não apenas aos sábados e domingos, mas o Brasil inteiro precisa trabalhar 24 horas por dia para produzir. Estamos perdendo a competitividade no mundo inteiro. Qualquer país só vai para frente com competência, trabalho e disciplina, três itens que, infelizmente, faltam até aos governantes do nosso município.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Nobre Deputado Irani Barbosa, V. Exa., sempre que sobe a esta tribuna, demonstra a sua vocação política e especialmente a vocação para o poder parlamentar, para o Poder Legislativo, que é o Poder em que V. Exa. foi colocado por Deus e pelo povo. Esse é o Poder do diálogo, do debate, da palavra, da exposição das idéias, e, conseqüentemente, é evidente que temos sentenças diferentes em nossas cabeças, mas nos respeitamos mutuamente, porque respeito V. Exa. com muita distinção.

Mas permita-me V. Exa. tomar dois minutos para tecer algumas considerações sobre essa última questão que V. Exa. colocou, sobre a reflexão a que o Prefeito chamou para se pensar, a respeito de se abrir ou não o comércio aos domingos na cidade de Belo Horizonte. Eu sempre tomo decisões depois de pensar muito e, às vezes, mudo de opinião porque vejo que ela estava errada. Em alguns países vemos que supermercados e alguns "shoppings" abrem aos domingos, mas depois de uma reflexão profunda e de consultar homens que são líderes nas suas áreas, ficamos um pouco temerosos, porque domingo é o único dia que a família tem para estar reunida. Antigamente, os dias da semana denominavam-se primeira-feira, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e sábado. O domingo, depois, entrou no vocabulário cristão. O apóstolo João, na ilha de Patmos, disse: "Ouví no 'dies Domini', no dia do Senhor, o dia da ressurreição de Jesus Cristo".

Nesses domingos em que o comércio abriu e à guisa de informação, porque fiquei sabendo disso hoje numa convenção, as igrejas, tanto católicas quanto evangélicas, tiveram o número de membros diminuído vertiginosamente, nas reuniões, porque eles trabalham também.

Os comerciantes não estão aumentando o número de empregados, estão dando um dia na terça, na quarta ou na quinta-feira para compensarem o domingo, fazendo uma espécie de escala. Conseqüentemente, estão tolhendo a família, que é a "cellula mater" da sociedade. A família sai junto para passear, fazer piquenique, papai, mamãe e os filhos. O comércio aberto tumultua isso tudo.

Portanto, gostaria que V. Exa. fizesse um próximo pronunciamento refletindo um pouco sobre alguns pontos importantes, inclusive esse de trabalhar no dia do Senhor. Eu recuso isso, domingo é o dia do Senhor.

O Deputado Irani Barbosa - Só quero fazer um aparte a V. Exa. É um aparte no aparte. Hoje, com quase 18% de desempregados em Belo Horizonte, onde essa família de desempregados se reúne para fazer piquenique, nobre Deputado?

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Eles não estão empregando as pessoas. Não aumentou o...

O Deputado Irani Barbosa - Com que dinheiro? Eles não têm dinheiro, não têm vale-transporte, não têm nada. Estamos precisando é de disciplina e trabalho, nobre Deputado. Todo belo-horizontino precisa se conscientizar de que Belo Horizonte está virando uma Baixada Fluminense, por causa das favelas, por falta de empregos, de tanta gente à-toa pela rua

afora. Não podemos acertar indústrias, não podemos acertar comércio. E agora, pasmem, nos domingos também há comércio fechado. Ora, pelo amor de Deus.

Há jogatinas abertas hoje o dia inteiro em Belo Horizonte. Fazemos jogos pela televisão, por rádio, por telefone, de toda maneira. Há bordéis de toda natureza. E, quando se fala em abrir emprego, que é o que o pessoal tem... V. Exa. deve dar uma chegada na feira de carros do Minas Shopping aos domingos. Ela está arrolhada de gente. A feira da Catalão está cheia de gente, a feira do Mineirão está cheia, a do Big Shopping, em Contagem, também. Todas as feiras estão superlotadas de pessoas que saem de casa para fazer comércio de alguma coisa.

Hoje estamos falando de emprego, e V. Exa. está falando de domingo de passear no parque de mãos dadas e fazer piquenique.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Nós precisamos de salários bons.

O Deputado Irani Barbosa - Nobre Deputado, pelo amor de Deus, seja um exemplo para o Prefeito de Belo Horizonte e ponha também os pés no chão. Sr. Presidente, muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Batista de Oliveira - Caro Presidente, Deputado Dilzon Melo, colegas Deputados, pela primeira vez, como parlamentar do PDT, ocupo esta tribuna.

Gostaria de relatar alguns fatos ocorridos nesta Casa semana passada, quando tive a oportunidade de presidir uma reunião da Comissão de Defesa Social, à qual compareceu o Sarg. Washington Rodrigues, para discutir os projetos de autoria do Executivo que modificam a estrutura da PMMG. Ao final de sua fala, chegou à Presidência da Mesa um "fax" do Sr. Comandante da Polícia Militar comunicando que o policial Washington Rodrigues não estava autorizado a comparecer a esta Casa.

Fizemos a leitura do "fax", e, a partir daquele momento, O Sargento se absteve de participar da reunião, porque seu Comandante não o havia liberado. Para nossa surpresa, o Sarg. Washington Rodrigues foi punido com três dias de prisão. Está preso no 5º Batalhão de Belo Horizonte, punido por suas opiniões emitidas nesta Casa.

Hoje fiz uma visita ao Sargento e tive a oportunidade de conversar com o Comandante. Apesar de o Comandante não ter assumido que foi uma retaliação contra as declarações do Sargento, ficou claro para nós que o comando da PMMG continua perseguindo e retaliando aqueles que se atrevem a lutar pela liberdade a que todo trabalhador tem direito.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Deputado João Batista de Oliveira, além de ter acompanhado a sua intervenção, estávamos também na reunião em que o Sarg. Rodrigues prestou depoimento. Acredito que a prisão do Sarg. Rodrigues, como a do Subtenente Hélio, é um ataque a esta Casa, a este Poder Legislativo, uma vez que eles foram convocados por este Poder para prestar depoimento. Isso nos causa uma indignação maior.

Os oficiais da Polícia Militar brigam com o Governador Eduardo Azeredo, que, ao mandar para cá a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/97, que diz respeito a todo o alto comando da PMMG, vem tendo um procedimento desrespeitoso com a histórica e garbosa Polícia Militar em Minas Gerais. Agora, ao invés de os oficiais e o alto comando estabelecerem um processo de desarmamento interno geral e de verem que o inimigo é o Governador e não os praças, o que estamos vendo é que a coisa está se invertendo. Apanham do Governador, recebem toda humilhação e achincalhe desse Governo, que, diria melhor, é um desgoverno em Minas Gerais, e tentam se vingar nos Cabos, Soldados, Sargentos e Subtenentes que lideraram o movimento.

Dessa forma, discordamos dessas punições e de outras mais que já estão sendo anunciadas. Temos informação de que o Subtenente Hélio, pelo pronunciamento que fez a convite desta Casa - autorizado pelo alto comando - em um seminário de segurança pública e democracia, será punido. Podemos fechar esta Casa Legislativa. Se não podemos ouvir um depoimento de um Sargento e um Subtenente, que são servidores públicos, o que restará a este Poder? Só dizer "sim, senhor" ao Governo? Continuar sendo subserviente?

Fatos como esse são de responsabilidade, antes de tudo, do Governador do Estado, Sr. Eduardo Azeredo.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço o aparte, Deputado. Eu gostaria, Sr. Presidente, de concluir dizendo que entendemos que o comando da PMMG continua na contramão; aplica o regimento interno, o regulamento disciplinar, que foi feito com mão de ferro para ser aplicado também com mão de ferro. Todos nós sabemos que o movimento que aconteceu em junho não foi apenas uma ação dos praças, foi uma reação a toda a sorte de retaliações e humilhações a que o comando submete os trabalhadores, principalmente Cabos, Soldados e Sargentos.

Como é que a sociedade pode exigir que seu direito de cidadania seja garantido pelo servidor da segurança pública, o policial militar, se o próprio policial não tem o seu direito de cidadão respeitado? Uma camisa sem botão dá três dias de cadeia. Pegar uma carona com um vizinho dá cinco dias de cadeia. Enquanto o comando da Polícia Militar continua punindo com cadeia seus Cabos e Soldados, os bandidos continuam soltos, atacando a população. Então, comunico a esta Casa que estamos estudando emendas a esse regulamento disciplinar, já que a Polícia Militar não toma a iniciativa de propor uma reformulação que garanta a democracia, garanta uma relação de trabalho democrática e que reconheça o policial militar como um trabalhador como outro qualquer, para que ele possa se sentir respeitado e, conseqüentemente, respeitar os direitos do cidadão. Nós, que estamos nessa luta pelos direitos humanos há muitos anos, sabemos que quem sofre violência reproduz essa violência. A relação de trabalho do comando com os praças é violenta. Institucionalmente, ela é truculenta e opressora. Nesta Casa, temos que estudar um regulamento disciplinar que garanta a participação de todos os trabalhadores da Polícia Militar nas propostas de trabalho e, inclusive, nos conselhos comunitários, para que a população também possa discutir com a polícia o seu papel. Precisamos democratizar a polícia para que ela seja um órgão que represente os interesses do povo e não mais uma polícia para proteger os interesses do Estado. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores do auditório, hoje, pela manhã, tivemos aqui, neste parlamento, uma reunião da comissão mista do Congresso Nacional que veio discutir a proposta orçamentária da União para 1998. E, nessa apresentação - porque, na verdade, foi muito mais uma apresentação da proposta orçamentária do que propriamente uma discussão ou mesmo uma participação maior, mais aprofundada dos parlamentares mineiros -, registramos alguns pontos que considero interessantes e que nos levaram a uma reflexão.

Em primeiro lugar, o orçamento da União funciona mais às custas da ingerência de bancadas, e as conquistas que ali são conseguidas são fruto desse exercício parlamentar dos Deputados Federais e Senadores. Ficou muito claro que, se Minas Gerais não tomar uma providência, se não houver uma tomada de posição da bancada mineira de Deputados Federais, vamos ficar muito atrás de outros Estados, notadamente da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essa preocupação foi demonstrada pelo Governador Eduardo Azeredo, que certamente vai exercer seu poder de influência para recuperar esse espaço e, no orçamento, o que estamos deixando de receber por direito, por falta de pressão maior da bancada federal.

Gostaria de citar, apenas como exemplo, para mostrar que essa reflexão que tivemos é legítima, a situação dos recursos do orçamento para a CODEVASF e o DNOCS para Minas Gerais. Estão assegurados no orçamento para Minas Gerais, para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, recursos da ordem de R\$12.300.000,00, que serão aplicados apenas na continuação do Projeto Jaíba, em sua segunda etapa. Para a Bahia, os recursos somam R\$44.900.000,00 e, para Pernambuco, R\$45.800.000,00, ou seja, quatro vezes mais que o orçamento para Minas Gerais.

O engraçado é que estivemos em Brasília com os Deputados Federais, participando de debate acerca dos projetos de irrigação de Minas, Bahia, Pernambuco e outros Estados nordestinos, e, naquela ocasião, foi-nos assegurado que, no orçamento de 1998, teríamos recursos para aplicar no Projeto Jequitai, que é um dos projetos mais importantes para Minas Gerais, um projeto economicamente viável e que será localizado perto dos grandes centros consumidores. E o orçamento não contempla, infelizmente, o Projeto Jequitai.

Agora, vejam esses números. O DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - reserva para a Bahia R\$22.500.000,00, para Pernambuco, R\$43.800.000,00 e, para Minas Gerais, apenas R\$200.000,00, que serão os investimentos do DNOCS para o Estado de Minas Gerais. Para quem não sabe, o DNOCS foi responsável pela grande maioria dos projetos de irrigação, pela construção de barragens e pela perfuração de poços tubulares, poços artesianos dessa metade de Minas para cima. E hoje tem no orçamento de 1998 apenas

R\$200.000,00, que são insuficientes para a perfuração de dez poços tubulares. Só neste ano de 1997, o DNOCS está perfurando mais de 300 poços tubulares.

Isso nos dá claramente visão de como nossa região, a parte pobre de Minas Gerais, é tratada nesse orçamento. Fico pensando, fico analisando e fico procurando identificar o ponto fraco para que possamos conseguir incrementar esses programas e só posso chegar a uma conclusão: não há interesse dos Deputados Federais em resolver problemas sérios, problemas estruturais, como o problema da seca no nosso Estado. Agora mesmo Belo Horizonte está tendo uma mostra grátis, mesmo que penosa, do que acontece todos os dias do ano na região do Norte de Minas com esse calor infernal. Essa temperatura que Belo Horizonte experimenta é comum na região e tem sido o flagelo ali.

Por isso mesmo, Srs. Deputados, é necessário que façamos alguma coisa, é necessário que essa Comissão Mista do Orçamento deixe de apresentar um orçamento que já está formatado, já está pronto, e possa discutir nas várias regiões do País um orçamento que possa ser alterado. Perguntei qual seria o procedimento, se essa comissão tem autonomia para reverter esse quadro e praticar a justiça e a equidade, e fiquei sem resposta. Perguntei se os Deputados Federais, por meio das emendas de bancada, poderiam apresentar emendas que pudessem corrigir esse erro histórico, e também fiquei sem resposta. Acho que temos que discutir as coisas mais claramente.

E veio um Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores, Sr. João Fassarela, dizer que está mais democrático, dizer que hoje o Congresso está com o orçamento na Internet, deu até o "home page" da Internet. Pergunto qual é o cidadão comum que tem condições de poder acessar esse orçamento, de poder opinar sobre ele. Temos que parar de fingir que as coisas estão democráticas, que as coisas estão sendo discutidas e realmente atender a toda a população, colocar os Prefeitos, os Deputados e os Vereadores nesse processo de formulação dos orçamentos, sejam eles orçamentos municipais, estaduais ou federais.

O pior ficou reservado para o final, quando tivemos a informação de que os recursos para a área da saúde no orçamento de 1998 estão fixados em R\$19.200.000.000,00, ou seja, R\$1.800.000.000,00 menos do que o que está se praticando em 1997. Vamos perder R\$1.800.000.000,00 no orçamento para 1998, e essa diminuição vai acontecer exatamente no ponto crítico, que é o Programa de Urgência e Emergência. Ou seja, posso concluir que o índice de valorização hospitalar de emergência, que acrescenta mais 25% no orçamento dos hospitais do País e de Minas Gerais, vai perder 30%. Vamos, em última análise, numa última reflexão, fechar os prontos-socorros que ainda prestam alguma assistência às pessoas no Sistema Único de Saúde. Isso é um absurdo, é inadmissível! Os senhores parlamentares federais, sejam eles Deputados Federais, Senadores, não podem apenas se preocupar, no orçamento, em apresentar as suas emendas, conseguindo recursos para o município construir mais postos de saúde, mais unidades de saúde, mais hospitais, sem se preocuparem com o custeio. O grande problema, o grande estrangulamento que estamos tendo no setor de saúde pública em Minas Gerais é o custeio. E vamos perder 30% desse custeio que vai incidir, infelizmente, sobre os programas de urgência e emergência, os programas de saúde da família, cuja criação nós mesmos estamos estimulando, com suas equipes de saúde da família. Não sei com que cara os Deputados Estaduais, com que cara os Secretários Municipais de Saúde, com que cara os Governadores vão enfrentar a população, vendo os hospitais abarrotados de gente e, cada vez mais, o sistema de urgência e emergência indo à falência, quando lá, em Brasília, os congressistas, os Deputados Federais, os Senadores se preocupam apenas em conseguir R\$100.000,00 para um município, R\$200.000,00 para outro, para criar postos de saúde, para aumentar mais leitos, sem se preocuparem com o custeio. O orçamento me preocupou, Sr. Presidente. Acho que esse orçamento não pode ser colocado da forma como foi hoje. Dizer que é muito democrático, que tem "home page" na Internet, que pode ser acessado por qualquer cidadão comum, é fácil. O difícil é que esse mesmo cidadão comum tenha condições de participar das decisões. Esta Casa seria o palco de uma armação, e esperamos que os Deputados Federais de Minas Gerais possam se encher de brío, possam discutir verdadeiramente com os Deputados Estaduais, discutir com os Prefeitos e os Governadores, para apresentarem uma proposta de custeio para a saúde pública, do contrário vamos ver, cada vez mais, a população recorrer ao SUS e o SUS não dar o retorno à população, porque, infelizmente, tudo não passa de uma grande armação.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, começarei concordando com o nobre Deputado Carlos Pimenta, mesmo que ele faça uma crítica ao Vice-Presidente da Comissão e coordenador da discussão aqui travada, pela manhã, que é um Deputado do PT. Concordo com o Deputado Carlos Pimenta: dizer que esse orçamento é democrático, participativo, trata-se de uma enganação. Acho que aqui vieram para anunciar uma série de coisas, sem garantia nenhuma de que serão implementadas. Não permaneci até o final, mas perguntaria: daquelas emendas que foram propostas, quantas foram executadas? Trata-se de uma forma de se projetar esta Comissão no Brasil, mas, de participativo, mesmo, há muito pouco, e não existe comprometimento garantido. Nesse sentido, acho que a discussão deve ser ampliada. Da mesma forma, o orçamento em nível de Estado, aquelas nossas audiências perderam o sentido. Ou vamos realmente partir para um orçamento participativo ou então é bobagem ficar brincando de criar expectativas, e, depois, quem toma a decisão são os Prefeitos. Isso também tem que ser profundamente criticado, e não podemos compactuar com essa forma de audiência que se diz audiência pública e orçamento participativo.

Aqui não estou com outorga, com procuração para defender o Governo Célio de Castro. Gostaria que aqui estivesse o Deputado Irani Barbosa, que deve estar nos ouvindo.

Sobre os Governos Patrus e Célio de Castro, quero lembrar que essas mazelas sociais que aí estão, crianças menores que estão nas ruas, essa falta de segurança, isso não é problema de uma prefeitura, é um problema social num país que tem uma desigualdade imensa e, talvez, a maior concentração de renda do mundo. Dessa forma, realmente, vão se desestruturando as famílias que não encontram emprego. E se isso acontece não é por causa de um Prefeito, e sim por causa de um programa, um projeto que se chama neoliberal, que prioriza as importações, criando emprego no exterior, e não aqui, no nosso país. O Deputado Irani Barbosa está sendo injusto com o Célio de Castro.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Eu não tive tempo de falar naquele momento e aproveite a liberalidade do irmão, amigo e companheiro para dizer que o grande problema que desagrega a família não é a falta de emprego, são os salários. Tudo aqui no Brasil é caríssimo, o vil é o homem. Meu amigo, grande Deputado Marcos Helênio, o Prefeito Célio de Castro - e eu não me envergonho de mudar, porque não me envergonho de pensar, não concordei em tudo com ele - fez uma coisa muito expressiva: chamou-nos à reflexão sobre a abertura ou não do comércio aos domingos.

O Deputado Marcos Helênio - Inclusive, está havendo um seminário na Câmara.

O Deputado Raul Lima Neto - Exatamente. Estão desagregando as famílias, porque é o único dia em que o pai, a mãe e os filhos estão juntos; às vezes almoçam juntos, com raríssimas exceções. E não estão aumentando o emprego; estão, sim, remanejando funcionários, ex-empregados que trabalham no comércio e que descansavam aos domingos e que estão descansando na segunda ou na terça-feira. Pai de família que descansa na segunda-feira encontra o filho na escola e a mãe trabalhando. Resultado: é muito importante pensar, Deputado Marcos Helênio, que o domingo é um dia que Deus nos deu para descansar, para a família e para Ele. Domingo significa "dia do Senhor". Célio de Castro está de parabéns por trazer para reflexão um assunto tão importante e que não é tão irrelevante como alguns imaginam, porque a família é a "cellula mater" da sociedade. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Eu é que agradeço o aparte, Deputado Raul Lima Neto, lembrando que, além do aspecto social e do fraternal, há o aspecto legal. Ele está cumprindo uma lei até que ela seja revogada, porque a medida provisória do Presidente não interfere diretamente na decisão do município. Cada município tem que legalizar a abertura do comércio aos domingos. Hoje está havendo um seminário sobre esse assunto, está havendo um debate na Câmara.

O Deputado Irani está chegando no Plenário. Eu queria lembrar alguns aspectos dos Governos Patrus Ananias e Célio de Castro: o programa de segurança alimentar, a abertura e a manutenção do Restaurante Popular, hoje cobrando apenas R\$1,00 pela refeição, com mais de 5 mil refeições por dia, e R\$0,50 pelo jantar, com toda a higiene e cuidados nutricionais; as centrais de abastecimento que foram recuperadas, como a do Bairro São Paulo; o mercadinho da Lagoinha, as feiras livres, o comboio do trabalhador; o mercado livre do produtor, sem intermediário, direto da roça; a merenda escolar de alta qualidade para mais de 180 mil alunos por dia. Enquanto isso, o CEASA foi privatizado. São diferenças que temos que analisar. Agora, não dá para consertar uma cidade com esses problemas de 100 anos, como a questão do transporte. A BHTrans tem recuperado as principais avenidas, dotando-as de máxima segurança, com semáforos, faixas de pedestres, asfalto de qualidade, etc. Assim foi com as Avenidas Cristiano Machado, Amazonas, Raja Gabaglia, a implantação do BHBUS, a construção da Estação Diamante, que vem do Barreiro diretamente para o Centro, e as linhas auxiliares ao metrô. No entanto, o que ela deseja fazer e não está sendo permitido é a licitação para renovação das linhas que estão atuando. É preciso haver uma nova licitação, porque a lei assim o ordena.

Restauração e recuperação de todas as praças e jardins de Belo Horizonte. Implantação de novas praças e parques ecológicos. Pagamento em dia aos credores. Fim das negociatas. Orçamento participativo e democrático. Criação de várias casas-lares e centros de orientação para menores, idosos e carentes.

O programa de catadores de papéis foi premiado pela ONU. Portanto, muita coisa está sendo feita. Agora, o problema social é o preço que estamos pagando pela estabilidade da moeda e pelo combate à inflação, que também defendemos, mas não a esse preço. Já passou da hora de implantarmos programas sociais de saneamento e programas habitacionais. Já passou da hora de investirmos na educação e na saúde, que está sucateada. Isso gera empregos, porque a nossa população está ameaçada, não existem empregos, os salários estão defasados. O problema relativo à segurança diz respeito à União e ao Estado. Pode ser criada uma guarda municipal, mas ela não irá resolver o problema.

O Juiz da Vara da Infância e da Adolescência está querendo fazer cumprir o Estatuto do Menor e do Adolescente, fazendo com que os menores infratores sejam internados. No entanto, não existe local adequado, que é de responsabilidade do Estado. Um leitor do jornal "Estado de Minas" sugeriu que todos os menores infratores fossem levados para o

Palácio da Liberdade, a fim de que eles pudessem conviver com o Governador e com os Secretários. Assim seria encontrada uma saída para esse problema.

Portanto, mesmo não tendo procuração, gostaria de afirmar que o Prefeito Célio de Castro, eleito pelo PSB, aliança da qual fizemos parte, tem seriedade, tem propostas, tem projetos sérios para Belo Horizonte e os está cumprindo. Assim, não acho correto que se descarreguem nele todos os problemas que estamos vivendo no País, no Estado, em virtude dessa forma concentradora de renda. Hoje não se fazem mais projetos sociais, não se faz praticamente nada. Ao contrário, hoje estão sendo feitos ajustes e vendas de estatais, como é o caso da COPASA, que vai ser privatizada. Todos batem palmas, mas na hora de levar saneamento básico para o alto Jequitinhonha, os valores deverão ser subsidiados. O mesmo acontece com a eletrificação rural, que também deve ser subsidiada, e empresas particulares não assumem esses ônus.

A única forma de modificarmos essa situação seria inverter prioridades, fazer programas sociais que atendam à população marginalizada, carente. A segurança vai só piorando na medida em que essas pessoas vão ficando desesperadas. Muito obrigado.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/9/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.436, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Geraldo Nascimento

exonerando Vagner Vicente da Silveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Jacqueline Ferreira do Nascimento para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.142, de 31/5/94, 5.157, de 13/7/95, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.225, de 14/6/95, 1.283, de 10/1/96, e 1.310, de 27/3/96, assinou os seguintes atos:

dispensando Flávia Wardi Cruz Andrade da Função Gratificada de Assessoramento I, com exercício na Área de Apoio às Comissões;

dispensando Maria de Fátima Alves Abreu e Silva da Função Gratificada de Assessoramento III, com exercício na Área de Apoio às Comissões;

dispensando Nádia Marina Gonzaga Batista da Função Gratificada de Assessoramento I, com exercício na Área de Apoio às Comissões.

#### Aviso de Licitação

#### Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 86/97 - Objeto: manutenção preventiva e corretiva em portões eletrônicos e cancelas - Licitante vencedora: Art Portões Automáticos Ltda.

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 01069 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Guiricema - Guiricema.

Deputado: Ibrahim Jacob.

Convênio Nº 01070 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Guiricema - Guiricema.

Deputado: Ibrahim Jacob.

Convênio Nº 01087 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associação Artesãos Resende Costa - Resende Costa.

Deputado: Anivaldo Coelho.

Convênio Nº 01088 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Abaete - Abaete.

Deputado: Agostinho Patrus.

Convênio Nº 01089 - Valor: R\$5.320,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Novo Horizonte - Bocaiuva - Bocaiuva.

Deputado: Elbe Brandao.

Convênio Nº 01090 - Valor: R\$9.000,00.

Entidade: Associacao Mineira Gerenciamento Organizacao Social - Belo Horizonte.

Deputado: Paulo Schettino.

Convênio Nº 01092 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Conselho Particular Senhor Bom Jesus Ssvp - Belo Horizonte.

Deputado: Ivo Jose.

Convênio Nº 01093 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Tres Coracoes - Tres Coracoes.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01094 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Centro Comun. Infantil Caminhando Jesus Bairro Camargos - Belo Horizonte.

Deputado: Romeu Queiroz.

Convênio Nº 01096 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Grupo Atividades Espiritas Timoteo - Timoteo.

Deputado: Geraldo Nascimento.

Convênio Nº 01097 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Tecelas Rio Melo - Rio Espera.

Deputado: Anivaldo Coelho.

Convênio Nº 01098 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Cordisburgo - Cordisburgo.

Deputado: Agostinho Patrus.

Convênio Nº 01099 - Valor: R\$1.850,00.

Entidade: Guarda Mocambique Sao Benedito Nossa Sra. Rosario - Belo Horizonte.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 01100 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Beneficente Evangelica Lontra - Lontra.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 01101 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Movimento Comun. Unidade Vila Cafezal - Belo Horizonte.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 01102 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Loja Maconica Vital Brazil - Campanha.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01103 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Guarda Mocambique Santa Efigenia - Belo Horizonte.

Deputado: Geraldo Nascimento.

Convênio Nº 01104 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Japecanga - Abadia Dourados.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 01107 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Indigena Pataxo Thyumdayba - Carmesia.

Deputado: Geraldo Nascimento.

Convênio Nº 01109 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Camilo Santos Pequenos Produtores Rurais - Bandeira.

Deputado: Pericles Ferreira.

Convênio Nº 01110 - Valor: R\$7.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Monjolos - Monjolos.

Deputado: Joao Batista Oliveira.

Convênio Nº 01111 - Valor: R\$33.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Delta - Delta.

Deputado: Anderson Adatao.

Convênio Nº 01112 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Icarai Minas - Icarai Minas.

Deputado: Jose Braga.

Convênio Nº 01113 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Centro Social Sao Francisco Assis - Bambui.

Deputado: Alvaro Antonio.

Convênio Nº 01115 - Valor: R\$4.500,00.

Entidade: Associacao Comunidades Ibiai - Ibiai.

**Deputado: Jose Militao.**

#### ERRATA

#### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.083/97

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 19/6/97, pág. 28, col. 3, no Relatório, onde se lê:

"que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade", leia-se:

"que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1".

Na Conclusão, onde se lê:

"somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.083/97", leia-se:

"somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.083/97 no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça".